

**OS INSTITUTOS FEMININOS DE VIDA CONSAGRADA NO BRASIL:
ANÁLISES DE DADOS ESTATÍSTICOS E ALGUMAS REFLEXÕES GERAIS**

Guilherme Ramalho Arduini

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo

Agueda Bernardete Bittencourt

Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação

INTRODUÇÃO

Apresenta-se aqui uma série de dados estatísticos sobre as mulheres que se dedicam à Igreja Católica e fazem parte de algum Instituto de Vida Consagrada, daqui em diante chamados pela sigla IVC, nos termos do Código Canônico de 1983¹. Neste documento, é abolida a distinção antes existente entre Congregação e Ordem, visto que em ambos os casos trata-se de uma reunião de pessoas do mesmo sexo que optam em confirmar sua dedicação exclusiva ao Instituto por meio dos votos de castidade, pobreza e obediência. A pesquisa sobre os IVCs tem como objetivo possibilitar uma visão de conjunto dos mesmos ao apresentar dados básicos como número de membros, país de origem e data de fundação. As estatísticas são fruto de um trabalho coletivo realizado entre 2012 e 2017 e consultou os seguintes documentos:

- 1) Um anuário católico de 2015², do qual se extraíram dados como o nome oficial e popular das IVCs atuantes no país naquele ano, o número de membros (professos e em formação) e o endereço de suas sedes administrativas;

¹ Cân. 573 — § 1. A vida consagrada pela profissão dos conselhos evangélicos é a forma estável de viver pela qual os fiéis, sob a acção do Espírito Santo, seguindo a Cristo mais de perto, se consagram totalmente a Deus sumamente amado, para que, dedicados por um título novo e peculiar à Sua honra, à edificação da Igreja e à salvação do mundo, alcancem a perfeição da caridade ao serviço do Reino de Deus e, convertidos em sinal preclaro na Igreja, preanunciem a glória celeste.

§ 2. Assumem livremente esta forma de viver nos institutos de vida consagrada, canonicamente erectos pela autoridade competente da Igreja, os fiéis que, por votos ou outros vínculos sagrados, de acordo com as próprias leis dos institutos, professam observar os conselhos evangélicos de castidade, pobreza e obediência e pela caridade, a que os mesmos conduzem, se unem de um modo especial à Igreja e ao seu mistério. (Papa, 1983)

² O Anuário é resultante de uma pesquisa realizada pelo Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS), órgão ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Por contar com o apoio da

2) Formulários com informações tais como a data de fundação, missão e carisma, nome e biografia das pessoas que fundaram a Congregação, data de aprovação pelo bispo e, quando houver, pelo Papa³. Estes formulários foram preenchidos de maneiras distintas:

2.1. Inicialmente, os formulários foram enviados por correio convencional e eletrônico, para os endereços obtidos através do Anuário Católico de 2015 e de uma busca inicial pelas páginas dos IVCs na internet. Junto ao formulário era entregue um texto explicativo sobre o vínculo do grupo de pesquisa com a Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), sobre os objetivos acadêmicos da pesquisa e sobre como responder às perguntas. Considerava-se que a transparência do grupo em esclarecer seus propósitos seria suficiente para ganhar a confiança das respondentes e que estas se mostrariam dispostas a informar tudo que lhes fosse perguntado. Entretanto, tal expectativa se revelou frustrada, pois apenas uma centena entre todas os IVCs consultados responderam ao formulário, e ainda assim, em muitos casos este chegava consideravelmente incompleto. Faltaram desde dados básicos, como data de fundação ou chegada ao Brasil, até explicações sobre o tipo de trabalho realizado. Vislumbrou-se então a possibilidade de buscar algum diálogo institucional com órgãos como a Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB)⁴, mas desistiu-se dessa possibilidade por um conjunto de motivos. As declarações de diretoras da entidade foram desencorajadoras quando afirmaram não ter clareza sobre a abrangência de participação das congregações nos encontros regionais da entidade, isto é, o esforço de aproximação realizado pela equipe pressupunha que através da CRB se teria acesso a um grupo grande de IVCs e isso poderia estar equivocado. Também pesou o fato de se decidir não envidar esforços para obter alguma forma de aprovação eclesiástica para a pesquisa e, finalmente, chegou-se à conclusão de que uma terceira forma de obtenção dos dados poderia se revelar mais proveitosa.

2.2. Os IVCs possuem, em sua quase totalidade, uma página de internet em português do Brasil, atualizada com frequência. Essas páginas possuem, via de regra, um texto informativo sobre a história de sua instituição, divulgam suas ações e destacam seu carisma e missão;

hierarquia eclesiástica, o Anuário consegue a adesão quase integral das dioceses e casas religiosas no país e, por isso, permite uma fotografia das organizações católicas e seus membros.

³ O Direito Canônico de 1983 mantém a instrução anterior de que as IVCs devem buscar, para sua abertura, a aprovação do bispo local, e, para que possam atuar em todas as dioceses, a aprovação do Papa (cânone 589).

⁴ Fundada em 11 de fevereiro de 1954, a CRB destina-se, em suas próprias palavras, a:

“Animar a VC [*Vida Consagrada, autores*] no Brasil, promovendo a comunhão entre os membros dos diversos Institutos Religiosos; coordenar atividades que visem a construção de alianças intercongregacionais na formação e missão; promover a inserção em meios populares em situação de risco social; atuar em favor das Entidades Religiosas Católicas.” (Crb, 2019)

Retirado de: <https://crbnacional.org.br/sobre-a-crb-nacional/>. Acesso em 07/04/2020.

dessa forma, procedeu-se ao registro das páginas pertencentes aos IVCs e à leitura em busca das informações que preencheriam o formulário. Certas características desta nova forma de documentação podem ser destacadas, tais como o fato de ela não possuir nada fixo, gerando a necessidade de se referenciar à data de acesso e estar atento às mudanças e desaparecimento das informações. Dados quantitativos simples, como o número de casas ou de membros, podem variar dentro do mesmo IVC a depender da web página consultada. Neste caso, optou-se por anotar todas as alternativas que apareciam mas divulgar na versão on-line do banco de dados os dados do Anuário Estatístico de 2015, por considera-lo como fruto de uma pesquisa institucional. Uma última ressalva considerada pelo grupo foi o fato de que os textos publicados em páginas da internet, via de regra, não aparecem com autoria identificada. Entretanto, pela natureza objetiva da maioria dos dados buscados e por se tratar de um veículo de propaganda, considerou-se que eles expressavam a voz oficial do grupo religioso e que deveriam ser tratados como tal. Ademais, as páginas permitiram recolher informações significativas sobre como a IVC se enxergava quanto à definição de seu carisma, sua missão e seus valores.

A produção de estatísticas a partir do preenchimento das informações para todas os IVCs – masculinos e femininos – permite formular interpretações e hipóteses seminais para a compreensão das ações destas instituições. Antes de passar à exposição delas, faz-se necessário esclarecer alguns pontos. Em primeiro lugar, os autores agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), financiadora da pesquisa através do Projeto Temático nº 11/51829-0. Graças a essa verba, foi possível formar uma equipe multidisciplinar e incluir um economista (Marcos Mekarú, a quem se registra outro agradecimento) capaz de operacionalizar a produção de estatísticas a partir dos interesses de pesquisa. Por vezes a diferença entre um projeto de pesquisa bem-sucedido ou malsucedido não é *qual* estatística produzir, mas *como* produzi-la, para que seja fiável. O último esclarecimento é que, dado o escopo da presente publicação, escolheu-se trabalhar exclusivamente com os IVCs femininos, para tornar possível a comparação com outros países.

Após essas considerações iniciais, volta-se agora à publicação das estatísticas sobre o conjunto de IVCs femininos e à formulação de algumas características gerais a partir destes dados. Na conclusão, tais características serão relacionadas às interpretações mais gerais sobre a estrutura eclesial brasileira e os dilemas de sua atuação em meio às transformações demográficas e culturais da população brasileira nos últimos cinquenta anos.

DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE AS CONGREGAÇÕES FEMININAS

Havia, em 2015, 657 IVCs atuantes no Brasil, incluindo-se tanto as de vida ativa quanto as de clausura, das quais 168 (25%) eram masculinas e 488 (75%) femininas. Estas últimas reuniam então cerca de 33 mil membros (Cnbb, 2015) distribuídas de forma desigual entre si. Para mapear a relação IVC/número de membros, a tabela 1⁵ é composta por três colunas, dentre as quais a primeira classifica as congregações pelo número de membros em 2015, em intervalos de uma dezena no caso dos IVCs que possuem entre 1 e 100 pessoas. Acima deste número, os intervalos passam a ser na ordem da centena, isto é, de 101 a 200 e assim por diante. A segunda coluna traz a quantidade absoluta de congregações que se encaixam na situação descrita pela primeira coluna e a terceira, por sua vez, destaca a proporção, do número de congregações apresentado na segunda coluna frente ao total de congregações⁶ na forma de porcentagem.

Tabela 1
Distribuição dos IVCs femininos por quantidade de membros

Religiosas	Nº de IVCs	%	% válido	% ac.
0-10	82	16,8	19,1	19,1
11-20	82	16,8	19,1	38,2
21-30	51	10,5	11,9	50,1
31-40	33	6,8	7,7	57,8
41-50	26	5,3	6,1	63,9
51-60	21	4,3	4,9	68,8
61-70	17	3,5	4,0	72,7
71-80	10	2,0	2,3	75,1
81-90	16	3,3	3,7	78,8
91-100	8	1,6	1,9	80,7
101-200	42	8,6	9,8	90,4
201-300	20	4,1	4,7	95,1
301-400	7	1,4	1,6	96,7
+ de 400	14	2,9	3,3	100,0
Total				
Com	429	87,9	100	
informação				
Sem	59	12,1		
informação				

Fonte: Banco de dados produzido pelo Projeto Temático FAPESP nº 11/51829-0.

⁵ Esta e as demais tabelas foram compiladas a partir de um banco de dados disponível para consulta pelo endereço:

<https://www.focus.fe.unicamp.br/pt-br/projetos-tematicos/congregacoes-catolicas-educacao-e-estado-nacional/banco-de-dados>. Acesso em 09/04/2020.

⁶ A informação sobre o número de membros está disponível para 429 dos 488 IVCs femininos, o que equivale a 87,9% do total. Há portanto 59 IVCs (12,1%) para os quais não há informação.

É possível depreender dos dados apresentados na tabela 1 uma tendência a um tamanho reduzido das IVCs, visto que a metade delas declaram possuir algo entre 1 e 30 membros, com igual concentração nos intervalos entre 1 e 10 ou entre 11 e 20 pessoas. Há também um grupo próximo de um terço de IVCs que possuem entre 31 e 100 membros e, para completar, um quinto de IVCs com mais de 100 membros. No interior deste último grupo, chama a atenção as catorze que informaram possuir acima de 400 membros. Apesar de alguma divergência existente nos dados, a qual será melhor explicada adiante, eles reúnem algo em torno de dez mil pessoas, portanto quase um terço das 33 mil mulheres consagradas existentes no Brasil (Cnbb, 2015). Por este motivo, é válido estabelecer algumas características gerais destes IVCs em específico e em seguida iniciar uma comparação com o total de IVCs, para verificar o que explica a excepcionalidade deste grupo seletivo. Por tal motivo, construiu-se a tabela 2 para detalhar suas características, sendo ela composta pelas seguintes colunas, da esquerda para a direita:

Coluna 1 – Nome da IVC, tal como registrado no Anuário Católico;

Coluna 2 – Ano de fundação da IVC;

Coluna 3 – País de fundação da IVC;

Coluna 4 – Data da chegada ao Brasil (no caso das estrangeiras) ou apenas o código “BR” (no caso das fundadas no Brasil, para as quais este dado não se aplica).

Os dados das colunas 2 a 4 foram extraídos das páginas de internet das respectivas congregações;

Coluna 5 – Número de membros declarados ao Anuário Católico de 2015;

Coluna 6 – Uma tipologia da atividade realizada por cada IVC, de acordo com a descrição realizada por ele próprio em sua página de internet.

Tabela 2. Informações gerais sobre os IVCs com mais de 400 membros

Nome	Data de fundação	País de fundação	Data de chegada ao Brasil	Membros	Atividade realizada
Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, Servas dos Pobres	1633	França	1849	1584	Administração de escolas próprias e projetos de educação não-formal; administração de hospitais próprios. Atendimento ao idoso.
Filhas de Maria Auxiliadora	1872	Itália	1892	1041	Administração de escolas e de instituições de ensino profissionalizante; administração de hospitais e atendimento às pessoas em vulnerabilidade social, inclusive ao idoso.
Ordem da Bem Aventurada V Maria do Monte Carmelo (Carmelo Descalço)	1562	Espanha	1752	847	Vida em clausura. Produção e venda de artesanatos (velas ornamentais, pinturas em tela, círios pascais, alfaia litúrgica e mantos de nossa senhora).
Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria	1849	Brasil	BR	845	Administração de escolas e projetos de educação não-formal, administração de hospitais e projetos pastorais.
Congregação das Irmãs da Divina Providência	1842	Alemanha	1895	718	Administração de hospitais, escolas, orfanatos, atividades pastorais, cuidado de idosos e acolhida de dependentes químicos; pensionatos.
Congregação das Irmãs de São José de Chambéry	1650	França	1858	716	Administração de escolas próprias e projetos de educação não-formal; administração de hospitais próprios.
Missionárias de Jesus Crucificado	1928	Brasil	BR	632	Administração de escolas, casas de retiro, atendimento ao idoso.
Missionárias de São Carlos Borromeo (Scalabrinianas)	1895	Itália	1895	618	Administração de escolas próprias e trabalho com migrantes ao redor do mundo.
Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus	1894	Itália	1900	616	Administração de escolas próprias e projetos de educação não-formal; administração de hospitais próprios.
Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã	1835	Holanda	1872	594	Administração de escolas e de uma universidade, além de projetos de educação não-formal; administração de hospitais e atuação como profissionais da saúde (psicóloga, fisioterapeuta, nutricionista); administração de medicinas alternativas; atendimento às pessoas da terceira idade e às populações indígenas.
Irmãzinhas da Imaculada Conceição	1895	Brasil	BR	490	Administração de escolas próprias e trabalho em escolas públicas; atendimento ao idoso e pastoral da saúde.
C. Beneditina do Brasil - OSB - Abadia da Imaculada Conceição da B. V. Maria	1911	Brasil	BR	482	Não informado.
Irmãs Catequistas Franciscanas	1915	Brasil	BR	433	Administração de escolas públicas, educação de jovens e adultos, animação de comunidades e de base, atendimento à população de rua, grupos de mulheres, jovens e terceira idade, saúde comunitária e preventiva, economia solidária.
Filhas do Amor Divino	1868	Áustria	1920	417	Administração de escolas e trabalho em escolas de terceiros; administração de hospitais; pastorais sociais.

Fonte: Banco de dados produzido pelo Projeto Temático FAPESP nº 11/51829-0.

NOTA da tabela: para alguns dos IVCs listadas acima, o número de membros deve ser matizado em vista da divergência com o fornecido através do formulário mencionado no item 2.2 da Introdução. É o caso dos grupos listados abaixo:

- 1) Filhas de Maria Auxiliadora, 938 membros (Formulário) contra 1041 (Anuário);
- 2) Missionárias de Jesus Crucificado: 693 (Formulário) contra 632 (Anuário);
- 3) Franciscanas da Penitência e Caridade Cristãs: 576 (Formulário) contra 594 (Anuário);
- 4) Irmãs Catequistas Franciscanas: 380 (Formulário) contra 433 (Anuário);
- 5) Filhas do Amor Divino: 205 (Formulário) contra 417 (Anuário).

Considerando-se que os dados coletados pelo Anuário Católico de 2015 respondem a um pedido oficial da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil e que os IVCs se responsabilizam por tal resposta, optou-se por dar preferência a este e não ao formulário, o qual não possui o mesmo peso institucional pois foi preenchido a pedido do grupo de pesquisa.

Há algumas congregações que fogem aos pressupostos desta tabela e merecem ser citados. As Scalabrinianas possuem uma história e estrutura transnacionais desde a origem. Em 1895, motivados por João Batista Scalabrini, bispo de Piacenza, um casal de irmãos italianos fundam uma congregação e partem para cuidar de um orfanato na cidade de São Paulo. Desse modo, surge uma congregação ítalo-brasileira cuja trabalho é voltado aos migrantes e, por isso, têm um modo de trabalhar capaz de dificultar o papel de delimitar o país de fundação ou de atuação. Outro caso mais relevante é o das Irmãs Catequistas Franciscanas e o das Filhas do Amor Divino. Embora o dado do Anuário pareça ser mais confiável, há uma divergência entre este e o preenchido no formulário que põe em dúvida sobre a pertinência de considerá-los IVCs com mais de 400 membros. Em virtude dessa dúvida, eles serão desprezados para efeito das observações escritas neste parágrafo, algo que não altera muito as conclusões apontadas. Dos 12 IVCs restantes, nota-se que um terço é constituído por grupos originados no próprio Brasil, seguidos por três de origem italiana (um das quais, como já mencionado, cresceu simultaneamente também no Brasil), dois de origem francesa e os demais também europeus: Holanda, Alemanha e Espanha. Conforme se verá na tabela 4, esta proporção é um pouco diversa do conjunto de IVCs femininos, pois possui uma representação de brasileiros acima da média. A data de chegada ao Brasil –ou de criação, no caso dos brasileiros– encontra alguns períodos de maior convergência: os anos entre 1892 e 1895 (quatro congregações), entre 1849 e 1858 (três congregações) e, de forma mais espaçada, entre 1900 e 1928 (outras três congregações). Note-se que os três períodos são bem anteriores ao afluxo de IVCs na década de 1960, sobre o qual se escreverá mais adiante.

Porém, talvez o dado mais significativo seja a convergência nos perfis de trabalho destes IVCs, pois às exceções das ordens das Beneditinas e das Carmelitas Descalças, todos declaram possuir vida ativa e conjugar o trabalho em educação e saúde. Na educação, contam

com redes próprias de escolas, financiadas por mensalidades pagas por seus estudantes e onde as religiosas podem definir as questões pedagógicas com total independência, isto é, sem prestar contas à supervisão escolar do Estado. Os IVCs também declaram trabalhar em escolas públicas, financiadas pelo Estado e onde elas (ao menos supostamente) deveriam respeitar os princípios pedagógicos definidos pelas secretarias públicas de Educação administradoras da rede. Em acréscimo, a maioria destes IVCs atuam em projetos de educação não-formal, mantidos através de doações de empresas, particulares e de aportes do Estado em suas diversas esferas. O ramo da educação não é o único meio de atuação, pois oito se envolvem com a oferta de serviços de saúde, via de regra através da administração de hospitais próprios e, em menor grau, através da administração de centros de medicina alternativa e/ou de trabalhos com a pastoral da saúde. Por último, destaca-se um grupo menos numeroso, mas ainda assim presente, de atendimento a grupos em possível vulnerabilidade social: idosos, moradores de rua, indígenas ou moradores da zona rural. Para resumir este parágrafo, a tabela 2 aponta para a hipótese de que a principal característica em comum dos maiores IVCs em número de membros no Brasil é sua capacidade de envolver-se em diversos ramos dos serviços básicos à população ao mesmo tempo, como uma espécie de complemento e substituto ao que poderia ser uma estrutura estatal de oferta de Bem-Estar social. A capacidade em atuar em muitas frentes ao mesmo tempo pode ser, simultaneamente, causa e consequência do sucesso em manter um grande número de mulheres no instituto. Restaria ainda por saber como se comportam os demais IVCs e onde está o ponto de inflexão, isto é, a partir de quantos membros já é possível discernir um comportamento semelhante ao destes IVCs maiores. Dado que um estudo desta magnitude excederia as páginas deste capítulo, fica lançada a pergunta para estudos futuros.

Outro aspecto mensurado nos IVCs é sua capacidade de atrair mulheres ingressantes para renovar a força de trabalho. Para medi-la, produziu-se um indicador numérico baseado na seguinte proporção: o número de noviças/postulantes⁷ dividido pelo número de membros professos. Por exemplo: se um grupo tem uma noviça ou postulante para cada dez membros professos, seu índice de renovação será de 1/10, ou seja, 10%. Infelizmente, apenas 155 dos 488 IVCs (31,7%) têm dados a esse respeito disponíveis. No intervalo de até 10% de renovação estão 98 IVCs, o que perfaz 20% do total. Entre 10 e 20% de renovação estão 30 grupos, ou seja, 6%. Nas taxas superiores de renovação há progressivamente menos IVCs.

⁷ O postulante é, via de regra, a primeira fase de formação de uma ingressante na IVC. Pode ter duração variável entre 1 e 2 anos. Em seguida, vive-se a fase do noviciado, ao final do qual se fazem os primeiros votos.

Por outro lado, também é relevante saber os números de noviças/postulantes em termos absolutos, e para tal produziu-se a tabela 3 (ver página abaixo), considerando as 10 IVCs com maior número de membros em formação. As informações das colunas se mantêm idênticas às fornecidas pela tabela 2, com o acréscimo de uma nova fileira com o total de membros em formação.

Tabela 3

Lista dos IVCs com maior número absoluto de membros em formação

Nome	Data Fundação	País Fundação	Data Chegada	Total Membros	Em formação
Ordem da Bem Aventurada Virgem Maria do Monte Carmelo (Carmelo Descalço)	1562	Espanha	1752	847	84
Ordem de Santa Clara	1212	Itália	1928	286	56
Filhas de Maria Auxiliadora	1872	Itália	1892	1041	41
Irmãs da Copiosa Redenção de Maria Mãe da Divina Graça	1989	Brasil	BR	109	40
Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração De Jesus	1894	Itália	1900	616	21
Irmãs Franciscanas do Coração de Maria	1900	Brasil	BR	204	21
Instituto da Imaculada Conceição de Nossa Senhora de Lourdes	1863	França	1908	157	20
Congregação das Filhas do Coração Imaculado De Maria	1916	Brasil	BR	184	19
Congregação de Nossa Senhora de Belém	1958	Brasil	BR	82	19
Irmãs Missionárias de Santa Teresinha Do Menino Jesus	1954	Brasil	BR	163	18

Fonte: Banco de dados produzido pelo Projeto Temático FAPESP nº 11/51829-0.

Ao comparar-se as tabelas 2 e 3, vê-se a repetição de muitos nomes e alguns novos que não alteram o perfil de IVCs já descrito. Há novamente uma representação acima da média dos institutos nascidos no Brasil (cinco entre dez), e a preponderância da vida ativa, traduzida por uma conjunção de serviços no campo da educação e da saúde, somada à presença de dois institutos de vida contemplativa. Ainda assim, chama a atenção que sejam estes dois os que mais atraem novas mulheres para o ingresso na vida religiosa, em números absolutos. Outros indícios a serem considerados em estudos futuros é a presença das Irmãs da Copiosa Redenção de Maria Mãe da Divina Graça, de criação recente (1989) e voltadas a um trabalho muito específico, o tratamento de pessoas adictas a alguma droga. Em termos proporcionais, é o instituto com o maior índice de crescimento entre os dez, ao que se acresce o fato de ela ter dado também origem a um braço masculino, composto por padres e irmãos.

O alto número de IVCs originados no próprio Brasil entre os grupos trabalhados até o presente momento do artigo fica mais evidente quando se leva em consideração os dados da origem de cada IVC. Em termos de continentes, 71,5% do total de IVCs femininos provém da Europa, 21,5% da América Latina, 4% da América Anglo-saxã (Canadá/Estados Unidos), 2% da Ásia e 1% da África. Este dado pode ser melhor apreciado quando se passa à escala dos países de origem dos IVCs, pois embora eles sejam originários de nada menos do que 42 Estados-Nações distintas, é possível estabelecer um conjunto de cinco deles dos quais advém 77,2%. A respeito dos IVCs provenientes destes cinco países, que somados atingem quase quatro quintos do total de IVCs, construiu-se a tabela 4, constituída de uma primeira coluna a indicar o país de origem, uma segunda a indicar a quantidade de IVCs de lá provenientes e uma terceira a revelar a porcentagem frente ao total de IVCs (488).

Tabela 4
Distribuição dos IVCs femininos por país de origem

Origem	Qtde	%
Itália	180	36.9
Brasil	88	18.0
França	54	11.1
Espanha	31	6.4
Alemanha	25	5.1
Outros	110	22.5
Total	488	100.0

Fonte: Banco de dados produzido pelo Projeto Temático FAPESP nº 11/51829-0.

A proporção dos IVCs apresentada na tabela 4 suscita o levantamento de hipóteses para explicá-la. Em primeiro lugar, o fato de que apenas cerca de um quinto seja originário do Brasil pode levar à conclusão de que esta foi em grande medida uma terra de expansão de grupos provenientes de outros países. Mas o que explicaria este dado? Uma primeira hipótese é a de que as freiras —especialmente as francesas— foram, historicamente, portadoras de um *savoir faire* que as qualificou à condição de educadoras das filhas das famílias de classe alta, como é o exemplo da Congregação dos Santos Anjos ou das Filhas de Sion (Bittencourt, 2017). Expulsas de seus países de origem por políticas educacionais anticlericais, elas se resignificaram ao atravessar o Atlântico para expressar a “civilização” tal como sonhada pelas elites provinciais tupiniquins. Uma segunda, complementar à primeira, é a correlação entre a chegada dos IVCs e o movimento migratório transformador do perfil demográfico brasileiro. Fausto (2012) e Schwarcz (2012) destacam que o fluxo mais intenso de imigrantes ocorreu entre 1887 e 1930, quando aportaram no Brasil um total estimado de 3,8 milhões de pessoas⁸ entre as quais a maior proporção era de italianos (35%), seguido dos portugueses (29%), espanhóis (cerca de 15%) e alemães (5%). Portanto, parte da explicação do número de IVCs europeus —em especial italianos— poderia ser o fato de que várias deles acompanharam os migrantes que chegaram à América e solicitaram atendimento em conformidade com suas culturas de origem.

Ainda assim, faltaria explicar porque há proporcionalidade entre imigrantes e o número de IVCs no caso dos italianos, mas não entre os espanhóis e portugueses. Ademais, como se verá na tabela 5, há uma decalagem de algumas décadas entre o período o desembarque dos imigrantes e o de maior chegada dos IVCs. A tabela 5 informa o período de chegada dos IVCs estrangeiros ao Brasil e é composta por três colunas: na primeira delas, estão listados os períodos históricos, separados de forma não homogênea, pois entre 1500 —início da ocupação portuguesa— até 1875 o número de IVCs femininos estabelecidos é muito pequeno e pode ser resumido a um único período. Após essa data, os intervalos passam a ser de 25 anos com vistas a tornar mais preciso a percepção do afluxo de IVCs. Na segunda coluna, vê-se a quantidade total de institutos que se encaixam na condição descrita e na terceira coluna, a porcentagem correspondente ao número de congregações da segunda coluna dentro do total de IVCs. A informação sobre a data de chegada ao Brasil está

⁸ Uma estimativa do que representou o desembarque de cerca de 4 milhões de pessoas no Brasil levaria em consideração que sua população total era de 9,9 milhões em 1872 e 30,6 milhões em 1920. Dados extraídos da página web do IBGE (IBGE, n.d.): <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=4&uf=00> (Acesso em 26/02/2020).

disponível para 322 IVCs estrangeiros, o que equivale a 66% do total de IVCs. Há 78 IVCs (16%) para as quais não há informação precisa sobre a data de chegada e 88 IVCs (18%) fundados no Brasil.

Tabela 5

Distribuição dos IVCs femininos de origem estrangeira por período de chegada ao Brasil

Período	Qtde	%	% valido
1500-1874	6	1,2	1,9
1875-1899	12	2,4	3,7
1900-1924	48	10	14,9
1925-1949	60	12,3	18,6
1950-1974	124	25,4	38,5
1975-1999	69	14,1	21,4
2000-2017	3	0,6	0,9
	322		100
Sem informação	78	16	
Brasileiras	88	18	
Total	488	100	

Fonte: Banco de dados produzido pelo Projeto Temático FAPESP nº 11/51829-0.

O fato de a primeira metade do século XX ter assistido à chegada de 33,5% dos IVCs é indício de que este foi um período significativo e confirma certa continuidade entre o fluxo migratório e um relativo aumento no número de congregações. Tal ideia é confirmada pela descrição sobre a chegada de alguns IVCs ao país, os quais declaram ter sido convidados para trabalhar no atendimento aos imigrantes. Um exemplo disso são as Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria, originadas na Rússia e convidadas ao Brasil para atender aos imigrantes poloneses da cidade de Curitiba⁹. Outro exemplo são as Irmãs Franciscanas da Penitência e da Caridade Cristã, vindas da Holanda para auxiliar os jesuítas a atender aos imigrantes alemães estabelecidos na região da cidade de São Leopoldo¹⁰. Em Passo Fundo, também em terras gaúchas, instalam-se as irmãs de Nossa Senhora, vindas diretamente da Alemanha e fugidas do nacional-socialismo para atender os imigrantes alemães. A estes três exemplos poderiam se juntar diversos outros.

Entretanto, é perceptível que o grande afluxo de IVCs estrangeiros ao Brasil ocorre na segunda metade do século XX, com 60% do conjunto total. Dentre os 124 grupos que registram sua chegada ao Brasil entre 1950 e 1974, exatamente a metade (67) o fizeram na

⁹ Capital do estado (neste sentido, sinônimo de província) do Paraná.

¹⁰ Cidade hoje conurbada a Porto Alegre, capital do estado (neste sentido, sinônimo de província) do Rio Grande do Sul.

década de 1960, a mesma que vivenciou uma das principais transformações da Igreja Católica, o papado de João XXIII e sua decisão de convocar o Concílio Vaticano II. O vínculo entre estes elementos pode ser verificado pela descrição que alguns deles fazem desse momento histórico:

A Congregação das Irmãs da Divina vontade decide, respondendo ao chamado do Papa João XXIII, que no ano de 1960 solicitou à VR [*Vida Religiosa, autores*] da Europa, e em particular da Itália, a partir para outras fronteiras, depois de uma séria e adequada reflexão, a abrir a ad gentes. Sua primeira terra de Missão será o Brasil.

No dia 7 de junho de 1962, dispostas e confiantes no Senhor, **as quatro primeiras irmãs partiram da Casa-Mãe de Bassano del Grappa**, acompanhadas da Madre Geral Irmã Stefanina Zandegiacomo e da Conselheira geral Irmã Antonietta Cuzzolin, **em direção à Fartura, no estado de São Paulo**, sob solicitação do Padre Teatini¹¹.

Fundado em 1900, o Colégio Nossa Senhora das Dores passou em 1962 a ser dirigido pela Congregação das Irmãs da Imaculada de Santa Clara, a qual atendendo ao apelo do Santo Padre, o Papa João XXIII, de enviar missionários para a América Latina, na pessoa da Madre Geral Ir. Giuliana Tarullo enviou as cinco primeiras Irmãs ao Brasil¹².

O Papa João XXIII pedia missionários à América Latina e a Madre do Instituto São João Batista, Dra. Antonietta Capelli (1896-1974), envia ao Brasil irmãs missionárias da Congregação que fundara: 1º grupo composto pelas Irmãs Carla Milanni, Francesca Marelli, Elizabeta Guidici e Maria Ferrari em 12 de julho de 1962¹³.

Não é fortuito que os três exemplos acima se refiram a IVCs surgidos na Itália e que estes sejam o grupo mais numeroso entre todos. Há uma convergência de evidências a

¹¹ Grifo nosso. Texto retirado de: <http://www.irmasdadivinavontade.com.br/index.php/presenca-no-brasil/chegada-no-brasil.html> (Acesso em 16/04/2020).

¹² Grifo nosso. Texto retirado de: <https://vozdoamarante.wordpress.com/2011/08/18/comunidade-educativa-que-se-mantem-fiel/> (Acesso em 16/04/2020).

¹³ Grifo meu. Texto retirado de: <http://informativo-nossopixirum.blogspot.com/2012/07/0-anos-das-irmas-do-instituto-sao-joao.html> (Acesso em 16/04/2020).

fortalecer a hipótese de que o principal motivo da chegada das congregações estrangeiras ao Brasil é o pedido formalizado pelos papas em meados do século XX, e em especial por João XXIII, com o objetivo de atender às demandas do catolicismo no Brasil. Tal constatação não invalida, entretanto, outras hipóteses secundárias já apresentadas, como o fluxo de IVCs que chegam para acompanhar os migrantes ou que são convidadas para educar os herdeiros das elites.

Em suma, até aqui buscou-se apresentar algumas das características mais marcantes dos IVCs femininos estabelecidos no país. Sem a pretensão de ser exaustivo, sugere-se a possibilidade de buscar outras correlações em estudos futuros. Um exemplo do que pode ser explorado é comparar a data de fundação e a de envio das primeiras missionárias ao Brasil, no caso das estrangeiras. Outro exemplo é pensar em termos relacionais a geografia e a cronologia – há preferência pelo envio de pessoas a determinadas regiões geográficas em determinada época? É possível afirmar que há uma interiorização dos IVCs ao longo do século XX?

Outro aspecto ao qual deve-se atentar para uma melhor compreensão dos IVCs é situá-los no interior das transformações das estruturas eclesiais católicas e, de uma forma mais geral, na mudança demográfica concernente à pertença a denominações religiosas, especialmente nos últimos 50 anos. Este será o desafio das considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fernandes (2015) cruza os dados dos censos populacionais dos séculos XX e XXI para mapear um fenômeno numericamente paradoxal: um aumento significativo no número de pessoas que se declaram católicas em termos absolutos simultaneamente a um decréscimo significativo na porcentagem de brasileiros que responde dessa forma. Isto só é possível porque a população brasileira saltou de 93 milhões em 1970 para 191 milhões em 2010. No mesmo período, os católicos passaram de 86 milhões em 1970 (ou seja, 92% da população total) para 123 milhões em 2010 (64% da população total). Portanto, é possível dizer que entre 1970 e 2010 a população católica cresceu em cerca de 36 milhões de pessoas e decresceu cerca de 28%.

Um detalhe significativo é que entre 2000 e 2010, pela primeira vez na história brasileira, o número de católicos caiu em termos absolutos. Isso é fruto de uma queda da taxa de natalidade somada à manutenção do ímpeto dos índices de ascensão dos evangélicos, algo que estatisticamente só é possível se houver uma parcela de conversos advindos do

catolicismo. Tampouco é desprezível o aumento daqueles que se declaram pertencer a religiões de matriz kardecista (espiritismo), africana (umbanda e candomblé) ou oriental (budismo e hinduísmo) e dos que se declaram sem religião.

Lima e Dias (2009) complementam o quadro ao chamar a atenção para alguns limites dos dados obtidos através dos censos, os quais possibilitam a resposta de apenas uma pertença religiosa, ignorando a mestiçagem religiosa que permeia historicamente a população, em especial no diálogo entre o espiritismo, umbanda e candomblé com o catolicismo. Além disso, o fato de alguém se declarar “sem religião” tanto pode ser identificado como um processo de secularização quanto uma situação temporária de trânsito entre uma religião e outra.

Outro aspecto para o qual os dois autores chamam a atenção é o da distribuição geográfica dos católicos: segundo os dados do Censo de 2000, 36% deles vivem nas grandes metrópoles brasileiras¹⁴, 45% vivem em outras regiões urbanas e 19% na zona rural. Em termos proporcionais, as regiões do Nordeste¹⁵ e do Sul¹⁶ são as mais católicas, respectivamente com 80% e 77% de suas populações, contra 71% da região Norte¹⁷ e igualmente 69% para o Sudeste¹⁸ e o Centro-Oeste¹⁹. Em termos de renda familiar, a média dos católicos não difere da renda média nacional.

Em se tratando da estrutura eclesial católica, Steil e Toniol (2013) apresentam um crescimento recorde (40%) no número de paróquias entre 1994, quando elas eram em 7.786, e 2010, com o número de 10.720, e um aumento de 60% no número de sacerdotes entre 1980, quando eles eram 12.688 e 2010, quando passaram para 22.119. Na esteira de uma bibliografia já existente sobre a relação entre clero e catolicismo popular tradicional, Steil e Toniol (2013) afirmam que a junção da subida no número de sacerdotes e de paróquias acrescido da perda proporcional do número de católicos pode ser explicada pelo fato de que

¹⁴ As regiões metropolitanas são definidas por leis estaduais e federais e somam ao total setenta e quatro, incluindo-se quase todas as capitais dos 26 estados, a capital do Distrito Federal (Brasília) e algumas cidades polo do desenvolvimento regional. Por exemplo: a megalópole nacional encontra-se em um eixo que inclui as regiões metropolitanas de Campinas, Santos e São José dos Campos, além daquelas ligadas às duas cidades mais populosas do país, ambas capitais estaduais: São Paulo e Rio de Janeiro.

¹⁵ O Nordeste é formado pelos estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí e Maranhão. Concentra 28% da população brasileira.

¹⁶ O Sul é formado pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Concentra 14,5% da população brasileira.

¹⁷ O Norte é formado pelos estados do Amazonas, Pará, Tocantins, Rondônia e Roraima. Concentra 8% da população brasileira.

¹⁸ O Sudeste é formado pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. Concentra 42% da população brasileira.

¹⁹ O Centro Oeste é formado pelos estados do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal. Concentra 7,5% da população brasileira.

a reprodução do catolicismo popular tradicional dependia da ação do laicato, que hoje transita entre diversas opções religiosas. Para estes autores, há um problema de solução de continuidade nos vínculos históricos dos fiéis ao catolicismo, pois festas, procissões e devoções perderam seu sentido religioso sem que a institucionalização paroquial proposta por Roma desempenhasse o mesmo papel.

Em relação à participação das religiosas na estrutura eclesial, Steil e Toniol (2013) confirmam uma queda do número absoluto de religiosas: de quase 41 mil em 1970 para pouco mais de 33 mil em 2010, conforme dados disponibilizados pelo Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS) – em 2015, como já dito, o CERIS contabiliza o mesmo número. Portanto, ao mesmo tempo em que o catolicismo perde membros de uma forma geral, o número de religiosas também diminui em termos absolutos e o número de sacerdotes aumenta, em movimento contrário ao das mulheres e no conjunto de fiéis. Teriam estes fatores alguma relação entre si? Para os autores, a resposta é afirmativa, como se depreende da seguinte passagem:

O catolicismo não tem como enfrentar a sua crise sem levar em conta as questões de gênero que emergem tanto no âmbito institucional, em relação ao decréscimo das religiosas, quanto no catolicismo como um todo, com a expressiva migração das mulheres católicas para as religiões pentecostais. Ainda que esses dois processos tenham causas e características diferentes, eles estão incidindo conjuntamente sobre a conformação da identidade católica como movimento cultural e como instituição. Ou seja, com o decréscimo das religiosas e a emigração das mulheres, a Igreja Católica se torna mais clerical e o catolicismo mais masculino. (Steil & Toniol, 2013, pp. 241-242)

O tema da clericalização da Igreja e a “masculinização” do catolicismo apontam para os desafios e paradoxos da estrutura eclesial católica brasileira nas primeiras décadas do século XXI, resultantes de sua trajetória em suas últimas cinco ou seis décadas. Conforme se demonstrou anteriormente, houve uma maciça chegada de IVCs femininos ao país na década de 1960 para atender a uma população em ritmo acelerado de crescimento e êxodo rural²⁰ e que passava a viver em um ambiente marcado historicamente pela dificuldade em manter os

²⁰ Entre 1950 e 1980, a proporção entre moradores da zona rural e da zona urbana se inverteu. Enquanto em 1950 dois terços dos 52 milhões de brasileiros existentes viviam em fazendas, em 1980 era a população citadina que media dois terços, só que dessa vez de um contingente de 119 milhões de pessoas.

índices de popularidade do catolicismo. Naquele momento, a iniciativa foi patrocinada por João XXIII, cujos sucessores imprimiram uma inflexão bastante considerável nos assuntos internos à Igreja, frustrando os planos de *aggiornamento* completo. A este dado somem-se as transformações oriundas da própria sociedade brasileira dos anos 1970 em diante e é possível compreender porque já a partir desta data começa a surgir uma curva descendente tanto no número absoluto de religiosas –ressalte-se: apesar do crescimento da população brasileira– quanto na porcentagem de católicos no conjunto da população. Assim, não obstante suas singularidades históricas, a Igreja Católica no Brasil repetiu a experiência do Velho Mundo de perder força quando passou do campo para a cidade.

Pode-se formular a hipótese da existência de um ciclo vicioso a operar desde a década de 1970 dentro da estrutura eclesial católica. As primeiras decepções com os resultados do Concílio Vaticano II no tocante à participação das mulheres, somadas às dificuldades dessa estrutura em compreender e dialogar com uma sociedade em processo rápido de urbanização, levaram as agentes femininas a uma debandada. Ainda que Serbin (2006) descreva algo semelhante para o clero masculino nas primeiras décadas pós-conciliares, neste caso existiu uma recuperação a partir dos anos 1980 cujo efeito foi reforçar a tendência da hierarquia católica a tomar novas decisões que aprofundassem o fosso entre homens e mulheres, gerando aumento no desequilíbrio entre os sexos na força de trabalho e uma nova debandada feminina. Vale ressaltar que, apesar disso, os IVCs femininos atuantes no Brasil chegam a quase quinhentas, com cerca de 33 mil membros, atuando principalmente nos setores da educação e saúde.

Embora careça de mais estudo para ser comprovada, a hipótese pode encontrar argumentação na postura da Santa Sé sobre o tema da ordenação feminina. A lista de reafirmações de que a ordenação feminina está fora de debate pode começar pelo documento **Inter Insigniores** (1976), incluir a **Ordinatio Sacerdotalis** (1994) e terminar com as declarações do Papa Francisco a esse respeito, inclusive por ocasião do Sínodo da Amazônia (2019). Se, por um lado, a convergência demonstra certa unidade do tema por diferentes papados, por outro a necessidade de vir a público insistentemente para tratar do assunto revela, a contrapelo, a força que a ideia possui no orbe católico. Evidências neste sentido são as declarações como as dos cardeais alemães Christoph Schönborn²¹ e Reinhardt Marx²²,

²¹ Conforme notícia disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/577744-schoenborn-propoe-um-concilio-para-decidir-sobre-a-ordenacao-de-mulheres> (Acesso em 24/04/2020).

²² Conforme notícia disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/186-noticias/noticias-2017/569381-o-sacerdocio-masculino-nao-ajuda-a-igreja-a-se-apresentar-como-pioneira-da-igualdade-diz-cardeal-marx> (Acesso em 24/04/2020).

que em diferentes momentos defenderam a necessidade de voltar a discutir a ordenação feminina. Mas, principalmente, há organizações de mulheres católicas como a Women's Ordination Worldwide²³ e a Voices of Faith²⁴ que expõem as demandas por uma participação mais efetiva nas instâncias de decisão, para além da questão da ordenação presbiteral em si. Às questões levantadas pelas mulheres se coadunam a do celibato sacerdotal, também levantada durante o Concílio Vaticano II e cujo potencial de alteração da estrutura eclesial seria gigantesco.

Voltando ao caso brasileiro, pode-se listar entre os desafios dos anos futuros para a Igreja Católica: a estabilização da população e sua fixação no território urbano, ambos a aguçar a concorrência com outras opções religiosas; adicionalmente, os temas que tocam especialmente a condição feminina, em especial o machismo estruturante das instituições. A reversão das tendências demográficas atuais quanto ao catolicismo depende das relações que se estabelecerem entre as propostas dos organismos da Igreja para tais temas e a evolução das sensibilidades em relação a eles no interior da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bittencourt, A. B. (2017). A era das congregações - pensamento social, educação e catolicismo. *Pro-Posições* 28(3), 29–59. <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2016-0117>
- CNBB. (2015). *Anuário Católico 2015*. CERIS.
- CRB. (2019). Sobre a CRB nacional. Recuperado de: <https://crbnacional.org.br/sobre-a-crb-nacional/>
- Fausto, B. (2012). *História do Brasil*, 14a. ed. Edusp.
- Fernandes, S. (2015). Catolicismo estrutural - interpretações sobre o censo da Igreja Católica e a mudança sociocultural do catolicismo brasileiro. *Revista Interdisciplinar Em Cultura e Sociedade* 1(1), 185–202.
- IBGE. (s.f.). População nos censos demográficos 1872/2010. Recuperado de: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=4&uf=00>
- Lima, F. R. F. de y Dias, A. de C. (2009). Geografia da religião no Brasil: censos demográficos e transformações recentes. *Mercator* 8(16), 111–124. <https://doi.org/10.4215/rm2009.0816.0008>

²³ Site disponível em: <http://womensordinationcampaign.org/> (Acesso em 24/04/2020).

²⁴ Site disponível em: <https://voicesoffaith.org/> (Acesso em 24/04/2020).

- Papa, J. P. I. (1983). *Código de Direito Canónico*. Conferência Episcopal Portuguesa/Secretariado Nacional do Apostolado da Oração.
- Schwarcz, L. M. (2012). Parte 1: População e Sociedade. En L. M. Schwarcz (Ed.), *História do Brasil Nação: 1808-2010. Volume 3: A abertura para o mundo (1889-1930)* (pp. 35–84). Objetiva/Fundación Mapfre.
- Serbin, K. (2006). *Needs of the heart. A Social history of Brazil's Clergy and Seminars*. University of Notre Dame Press.
- Steil, C., y Toniol, R. (2013). O catolicismo e a igreja católica no brasil à luz dos dados sobre religião no censo de 2010. *Debates Do NER* 2(24), 223-243. <https://doi.org/10.22456/1982-8136.43576>